



Anápolis, 04 de abril de 2018

J. RELATÓRIO MENSAL DE MARÇO DE 2018

Produzido por: CT&M (Costa Ribeiro Ambiental)
Nova diagramação em: 19 de junho de 2018.

Este relatório foi elaborado com mais detalhes em resposta à indagação dos advogados do CORSAP do porquê de os planos não terem sido concluídos ainda, conforme planejado. O texto a seguir escrito para uma reflexão no dia mundial da água explica um pouco da situação, e em seguida à leitura do texto segue descrito com mais detalhes a situação de cada município.

Um duto da Anglo American se rompeu e despejou toneladas de polpa de minério no Ribeirão Santo Antônio, a mídia e o ministério público tomaram as medidas corretivas. Melhor seria exigir uma rigorosa avaliação dos riscos ambientais de todas as empresas potencialmente poluidoras, para prevenirmos tais desastres. Se isso tivesse sido feito logo após o desastre de Mariana, talvez o rio Santo Antônio do Gramma não estaria sofrendo com este negativo impacto ambiental.

Outro desastre ambiental vem acontecendo através de longas datas, mas, como uma doença crônica que chama menos a atenção por ter sintomas menos intensos que a aguda, os dutos dos esgotamentos sanitários urbanos desaguardam nos rios brasileiros sem alardes das autoridades e da mídia. Os números são assustadores, passados onze anos da publicação da lei de saneamento básico apenas cinco municípios dentre os mais de cinco mil, tratam seu esgoto sanitário na totalidade, são eles: Curitiba-PR, Diadema - SP, Londrina - PR, Maringá - PR e Ponta Grossa – PR.

A lei definiu que os municípios seriam responsáveis por elaborar um plano de saneamento básico municipal, mas nem isso foi feito pela maioria dos gestores públicos e a cada quatro anos às vésperas das eleições presidenciais os prefeitos comemoram o adiamento deste prazo, e, enquanto isso, assistimos inertes o país se afundar na lama, ou melhor nas fezes de todos nós.

Segue a descrição de um breve histórico de cada município em ordem alfabética:

Abadiânia. Foi necessário negociar com o prefeito de junho a novembro de 2017 para dar início aos trabalhos. Em novembro foi designada uma servidora pública para secretariar as atividades. Depois de montado os comitês, foi realizada a primeira reunião de trabalho com os mesmos em dezembro de 2017. Nesta ocasião foi acertada a entrega das respostas dos questionários de diagnóstico no final de janeiro de 2018. O diagnóstico não foi entregue porque não foi possível fazer contatos com a servidora, nem com o secretário de meio ambiente, por telefone e e-mails. Em 2 de fevereiro a servidora informou que não estava mais com a pasta e passou outro e-mail, o meioambienteabadianiago@gmail.com, mas este não era mais um e-mail



CT&M
CONSULTORIA



CORSAP DF
GO
Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das
Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás



válido. Em presença no município de Abadiânia, uma nova servidora foi apresentada como responsável pela condução dos trabalhos do PMGIRS/MAP, mas esta desconhecia tudo que se passara sobre o plano. A nova servidora foi orientada sobre como assessorar a condução dos trabalhos e uma tarefa estabelecida, mas, no prazo marcado a resposta não veio e outra vez os contatos por e-mails e telefones foram sem sucesso.

Água Fria. Foi um município que não ofereceu resistência alguma por parte do prefeito e dos servidores da secretaria do meio ambiente, o gargalho do plano foi que o diagnóstico realizado pelo engenheiro local foi deficitário e foi solicitado junto ao CORSAP a contratação de um outro engenheiro. A ação foi concluída em janeiro de 2018 e o diagnóstico está neste momento na fase de revisão e ainda em abril, já será apresentado o prognóstico para a população.

Águas lindas. Aderiu ao projeto de confecção do plano com a consultoria técnica oferecida pelo CORSAP somente no final de 2017, sob a justificativa de estar negociando com a SANEAGO para a confecção dos mesmos. Dia 21 de fevereiro tivemos uma reunião na secretaria do meio ambiente para ajustes nos comitês que foram montados e estamos aguardando a conclusão para iniciarmos os trabalhos. Em 12 de abril, o secretário do meio ambiente encaminhou a lei municipal que regulamenta a confecção do PMGIRS e buscou orientação para superar as dificuldades de arregimentar lideranças populares para integrar o comitê.

Alexânia. Não houve resistência explícita quanto à adesão ao modelo de trabalho para a confecção dos planos conforme propôs o CORSAP, mas houve muita demora para montar os comitês, e depois de concluída esta etapa, não foi possível conseguir que o secretário agendasse a primeira reunião de trabalho. Em 21 de fevereiro de 2018 um contato foi realizado com o novo secretário do meio ambiente, e com este ficou acertado que o comitê seria refeito porque muitos integrantes já não tinham mais condições de participar.

Cabeceiras. Ao visitar o secretário de meio ambiente não foi encontrado o PMGIRS, mas foi apresentada a lei que regulamenta o PMSB e solicitado um prazo para a localização do plano, que fora entregue ao CORSAP em agosto de 2017. A avaliação do PMSB de Cabeceiras é que quanto aos componentes de Água Tratada e Esgotamento Sanitário ele está completo, mas quanto aos componentes de Resíduos Sólidos e Águas Pluviais está carente de dados técnicos e foi justificado no plano que esta parte deveria ser realizada no futuro pelo CORSAP. Os comitês, para início dos trabalhos nunca foram montados, e o prefeito, ao ser indagado a respeito em janeiro de 2018 informou que tomaria providências, mas terminou a





conversa com a seguinte frase: “*Será que dessa vez o CORSAP vai?*” Essa indagação é citada aqui, porque ela é comum de se ouvir quando a prefeitura se sente pressionada por não estar dando prosseguimento às atividades de elaboração do plano nos moldes do CORSAP.

Cidade Ocidental. No primeiro encontro, o prefeito mencionou a intenção de sair do CORSAP, mas depois de algumas negociações ele demonstrou verbalmente que entendeu a proposta da nova gestão do CORSAP, mas nunca entregou os nomes dos comitês, e os servidores que ficaram responsáveis pela organização, sempre que questionados, informam que está tudo pronto aguardando apenas a aprovação do prefeito.

Cocalzinho. Tem o PMSB completo que carece de atualização em 2018. No início deste ano o secretário foi informado da necessidade de atualização, mas ainda não se manifestou a respeito.

Corumbá. Diversos contatos foram realizados com o assistente do secretário do meio ambiente e este nunca retornou contato algum. Em janeiro de 2018 o prefeito ao ser contatado pessoalmente, iniciou a formação dos comitês e os trabalhos técnicos.

Cristalina. Está realizando a confecção do PMSB sem o apoio do CORSAP.

Formosa. Tem um plano de resíduos que deve ser atualizado em agosto de 2018, e no primeiro contato com o secretário, este demonstrou o interesse em trabalhar com o CORSAP na atualização e na confecção do Plano de Manejo da Águas Pluviais, mas o comitê nunca foi montado e em janeiro de 2018, o servidor que ficou responsável de atender os trabalhos do CORSAP informou a intenção da prefeitura em contratar uma empresa para fazer o PMSB completo.

Luziânia. Na ocasião do primeiro contato foi encontrado no município o PMGIRS, foi proposto então a organização dos trabalhos para a confecção o PMAP, mas a servidora destacada pela secretária para atendimento deste trabalho mencionou que não iria trabalhar de graça para o CORSAP. Muitos diálogos por telefone e pessoalmente já foram realizados após este período e a última justificativa para o não início dos trabalhos é que o município não tem um engenheiro para compor a equipe técnica. O CORSAP foi informado de tal necessidade.

Mimoso. Não foi encontrado resistência alguma por parte do prefeito e dos servidores, o atraso se deu pela falta de um engenheiro para compor a equipe técnica, que foi contratado este ano pelo CORSAP e o diagnóstico técnico já está concluído e será apresentado neste mês de abril para apreciação da comunidade os itens D, E e F.

Novo Gama. Não foi encontrada nenhuma resistência por parte da prefeita e dos servidores, o atraso se deu pela falta de um engenheiro para compor a equipe técnica, que foi



contratado este ano pelo CORSAP, mas está enfrentando dificuldades por parte da empresa responsável pela coleta do lixo para medir a rota e pesar os resíduos e fazer a gravimetria. Dia 23 de março o secretário foi informado das dificuldades via telefone e e-mail que se comprometeu em resolver a questão.

Padre Bernardo. A dificuldade do município está em arregimentar pessoas para a formação dos comitês foram agendadas duas reuniões que não tiveram quórum. Foi proposto uma estratégia de se realizar uma conferência sobre o tema onde toda a população seria convidada e neste evento seria eleito o comitê de coordenação, mas, sob a alegação da servidora que atende o CORSAP, que esta estratégia fora utilizada pela FUNASA para a confecção do PMSB estadual e que também não deu quórum, a ideia foi abortada. Dias 18 e 19 de abril a CT&M irá ao município para uma abordagem pessoal com os integrantes dos comitês sugeridos pela secretaria de meio ambiente.

Pirenópolis. Houve prontidão para realizar os trabalhos para o PMAP uma vez que o município já possui o PMGIRS, mas houve muita demora para formar os comitês, de forma que a primeira reunião só veio a acontecer em janeiro de 2018, e até a presente data, a ata desta reunião não está pronta e os integrantes dos comitês não receberam os formulários para a preencherem com o conteúdo das reuniões que ficaram de realizar. A servidora municipal responsável, relatou sempre que indagada, que está tudo pronto na mesa do secretário aguardando despacho dele. Por iniciativa da procuradora de Pirenópolis foi agendada uma conversa com ela e a CT&M para 16 de abril.

Planaltina. Não há o que se fazer, o PMSB está pronto sem necessidade de correções.

Santo Antônio. Todas as tentativas de contato, com exceção da primeira em junho de 2017, foram frustradas. O trabalho se encontra na estaca zero neste município, porém dia 9 de abril, o secretário de meio ambiente solicitou uma visita da CT&M para dia 17 de abril.

Valparaíso. Não houve início dos trabalhos porque, segundo o secretário do meio ambiente, o prefeito disse para ele vai priorizar outras ações.

Vila Boa. Houve ótima receptividade, foram montados os comitês e realizada a primeira reunião. Em seguida o prefeito adoeceu e o secretário informou que está sem condições de dar continuidade aos trabalhos. Para este município se faz necessário a presença na cidade por três semanas, uma a cada dois meses, para que seja realizada a parte do trabalho que cabe à prefeitura.



QUADRO DEMONSTRATIVO DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O PMGIRS/AP									
RESÍDUOS SÓLIDOS					ÁGUAS PLUVIAIS				
21%	A	B	C	D	E	F	G	H	K
1. Abadiânia									
2. Agua fria									
3. Águas Lindas									
4. Alexânia									
5. Cabeceiras									
6. Cidade Ocidental									
7. Cocalzinho									
8. Corumbá									
9. Cristalina									
10. Formosa									
11. Luziânia									
12. Mimoso									
13. Novo Gama									
14. Pe. Bernardo									
15. Pirenópolis									
16. Planaltina									
17. Santo Antônio									
18. Val Paraíso									
19. Vila Boa									

Cada letra denominando as colunas representa os seguintes documentos: **A.** Cópia do ato público do Poder Executivo (Decreto ou Portaria, por exemplo), com definição dos membros dos comitês; **B.** Plano de mobilização social; **C.** Relatório do diagnóstico técnico-participativo; **D.** Relatório da prospectiva e planejamento estratégico; **E.** Relatório dos programas, projetos e ações; **F.** Plano de execução; **G.** Minuta de projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico; **H.** Relatório sobre os indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico; **I.** se trata do lançamento de dados no SNIS pelo profissional de TI. **J.** Não está na tabela, pois se trará deste relatório simplificado do andamento das atividades desenvolvidas; **K.** PMGIRS. (serão 342 documentos no total e 331 para serem feitos pela CT&M)



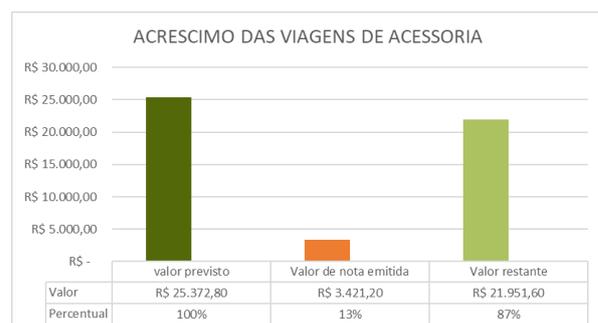
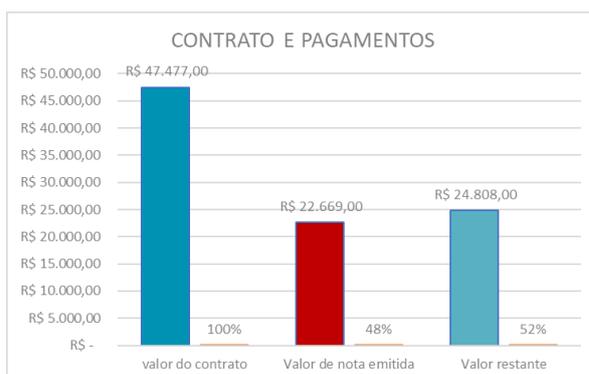


Os documentos citados bem como o último e-mail de correspondência com os municípios estão disponíveis no site www.sustentabilidade.srv.br, na área do cliente no link CORSAP, e acesso com a senha: Corsap2018.

Para a continuidade deste trabalho é proposto os seguintes aditivos no atual contrato:

- a prorrogação para até 21/12/2018, uma vez que são necessários seis meses para construir o plano a partir do dia que os comitês forem instituídos.
- Condicionar o pagamento restante às entregas dos documentos C e K de cada município individualmente, uma vez que eles possuem ritmos diferentes e alguns ainda poderão não aderir ao projeto. Resta R\$ 25.671,00, se for dividido este valor para 38 documentos, deverá ser pago por cada um R\$ 675,55 no momento da entrega.
- Acrescentar o pagamento de R\$ 1,20 por quilometro rodado até o município, uma vez a necessidade de visita varia muito de um município para o outro. Tem município que se fez necessário deslocar três vezes para realizar o mesmo trabalho porque em duas, o secretário se ausentou da cidade mesmo com o horário pré-agendado.
- Acrescentar o pagamento de R\$ 140,00 por diária quando for necessário hospedar no município, para atender Vila Boa e outra cidade que por ventura se faz necessário a mesma abordagem.

É possível também que o consórcio adote estas medidas somente para os Municípios de Água Fria, Mimoso e Novo Gama que já terminaram ou estão confeccionando o documento C, e os demais ficam sem plano municipal, e terão apenas o plano regional que está em processo de licitação.





Atenciosamente,

Claudair
Gestor executivo
CT&M – consultoria, treinamento e manejo
COSTA RIBEIRO AMBIENTAL
CNPJ 17.430.561/0001-23